

FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DA PESSOA COM SURDEZ

Welcidaime Aparecida Alves dos Santos (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

Resumo

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas do ensino regular tem enfrentado muitas dificuldades em relação à aceitação da comunidade escolar e do apoio familiar. Ao se compreender as dificuldades da inclusão escolar objetivou-se compreender a surdez e as ações que a família e a comunidade escolar realizam para que o aluno com surdez seja incluído na escola. Para atingir esse objetivo é que se definiu por realizar a pesquisa bibliográfica. Dentre os resultados parciais obtidos, verificou-se que existe uma forma apropriada de dinamizar a comunicação entre pais e filhos, iniciando pela aceitação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a qual atende as necessidades da pessoa surda, ampliando a comunicação entre os membros da família e os seus interlocutores no processo de escolarização. Por conseguinte, com a expansão do uso da LIBRAS, a escola e seus respectivos funcionários possam olhar para uma criança com surdez, sem discriminá-la.

Palavras-chave: Família. Inclusão escolar. LIBRAS. Surdez.

Introdução

A temática a ser discutida neste artigo é complexa, pois envolve duas instituições basilares na formação da pessoa, a família e a escola. Destarte, definimos por refletir sobre a importância da orientação dos pais quanto a questões relativas às necessidades especiais de seu filho com surdez, assumindo assim, uma atitude ativa na direção da própria vida e na vida de seu filho, participando das escolhas e decisões, especialmente no processo educacional.

Teóricos que discutem a surdez afirmam que as crianças surdas enfrentam dificuldades para adquirir a linguagem oral e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), porque a família e a sociedade não dão a devida importância para sua forma de comunicação, o que acarreta atraso no desenvolvimento, tanto educacional, quanto social. Para que o surdo possa ser incluído na sociedade é satisfatório que ele se comunique com qualquer indivíduo, compreendendo e se fazendo compreender.

Para que as pessoas da sociedade aceitem uma pessoa com surdez, é relevante que a própria família aceite seu filho com sua deficiência. Porque se a família não aceita a diferença de seu filho, dificilmente irá conseguir que outras pessoas aceitem, pois

[...] conceber um ser especial é muito complicado e a aceitação é muito difícil. A estrutura da família começa a ruir comprometendo totalmente a sua dinâmica, fazendo com que o portador de necessidade especial não encontre seu caminho nem seu espaço. Entre a negação e a aceitação da deficiência há um longo caminho a ser percorrido. O que se tem que ser trabalhado de imediato é o vínculo afetivo que a família deverá ter com ele. De uma certa forma facilita quando a família se sente como pessoas capazes de entender a situação e que existem profissionais adequados e capazes, para fazer diminuir bloqueios e ansiedades (ALVES apud PEREIRA, 2008, p. 33).

É importante para a família descobrir a surdez do filho o quanto antes, para que se

tome as devidas providências, pois a partir do momento que se diagnostica o grau da deficiência, esse bebê poderá receber tratamento adequado, pois existem diferentes graus de surdez, a saber:

[...] surdez leve (26 a 40 dB) só não consegue perceber a voz cochichada, percebendo todos os outros tipos [...] podendo ter apenas algumas dificuldades na fala, trocando ou omitindo alguns fonemas. [...] surdez moderada (41 a 70 dB), não percebe a voz fraca e nem a média, utilizada na conversação normal, ouvindo apenas a voz forte. Este fato permite que adquira linguagem, porém sua fala apresenta-se com muitos erros. [...] surdez severa (71 a 90 dB) e profunda (91 dB em diante), são bem mais sérias, impedindo que a criança perceba os sons produzidos em seu ambiente familiar, o que impossibilita a tomada da consciência do mundo sonoro, fazendo com que fique privada dos modelos lingüísticos oferecidos por seu ambiente familiar, não conseguindo adquirir linguagens pelos processos naturais (PEREIRA, 2008, p. 29-30).

Alguns indivíduos com perda auditiva profunda se comunicam por meio da linguagem gestual, outros com utilização de técnicas de leitura labial. Para tanto, os pais ou responsáveis devem observar as reações auditivas da criança, os especialistas da área são enfáticos quanto à necessidade de tratamento o mais cedo possível.

Com essa compreensão acerca das necessidades e especificidades das pessoas com surdez é que passaremos a discutir a aceitação que o bebê deve ter desde seu nascimento por parte da família e, depois, faremos uma breve discussão sobre a inclusão do aluno com surdez nas escolas de ensino regular.

1. A Família e a aceitação da criança com surdez

A surdez não é percebida facilmente nos primeiros meses de vida do bebê, e, enquanto a descoberta não acontece os pais se relacionam com o filho normalmente como se fosse um filho ouvinte, eles conversam com o bebê, sorriem, e até cantam todo o tempo que se dedicam a ele.

No entanto, quando descobrem a surdez do filho, os pais normalmente se deprimem e se fecham para o mundo e, às vezes, até para a própria criança. Na descoberta da surdez do filho a grande maioria das mães diminuem o uso da voz, para se comunicar com os seus bebês. Outras mães também diminuem suas falas diretas com o filho, ou até não se utilizam mais da palavra, assim, todos caem no silêncio. As atitudes maternas de acentuado desalento ou de superproteção são esperadas e compreensíveis, entretanto, são prejudiciais ao desenvolvimento da criança.

Tal comportamento pode prejudicar o desenvolvimento da criança surda, pois a sua relação com os pais é afetada emocionalmente, podendo ter consequências no futuro para se socializar. Com esse comportamento dos pais o filho surdo pode apresentar agressividades ou dificuldade de aprendizagem, pois, “A criança desde pequena se orienta pelo “sentir”, ela capta vivamente sua aceitação ou não” (PEREIRA, 2008, p. 35).

O primeiro aspecto a ser lembrado, é que a criança surda, em seus primeiros meses de vida é um bebê com necessidades peculiares, pois a ausência da audição vai interferir na aquisição da linguagem, na maneira de conhecer o mundo, para o resto da sua vida. A família deve ser incluída no trabalho de estimulação precoce do seu filho. O estímulo familiar desta criança associado ao trabalho educacional permitirá que haja desenvolvimento, e que este bebê tenha condições de adquirir uma comunicação que melhor o situe na sociedade mais tarde.

Com a efetivação desse trabalho precoce que inclui a criança e a família, a adaptação

dos pais à diferença que seu filho apresenta diante de outras crianças será maior e serão ampliadas as chances da criança se desenvolver de forma equilibrada. Se a aceitação for bem sucedida, a criança surda terá mais vantagens, como apreciar diante de si rostos alegres, expressivos e repletos de luz. Quando essa criança é bem aceita no convívio familiar, certamente terá perspectivas de uma aceitação social.

Para Pereira (2008, p. 36): “Estas crianças, neste ambiente de calor humano, desenvolvem um auto conceito positivo, confiança em si próprio e a certeza de ser amada”. Ressaltando que a criança já perde, enquanto bebê o prazer de não ouvir a voz materna quando nasce com surdez profunda ou perde a audição nos primeiros meses de vida, por esse motivo essas crianças merecem todo afeto que a família possa lhe dar.

Para a criança surda, sinais gestuais como expressões dos olhos, da testa, da face e até mesmo o sorriso, correspondem à voz humana, sendo possível a substituição do estímulo natural. Para Pereira (2008, p. 37) “A criança necessita descobrir a importância das informações que encontra no rosto das pessoas, mais especificamente nos lábios”. Outro fator importante, é que os pais não devem superproteger a criança surda, pois poderá parecer uma forma discreta de camuflar a rejeição, que pode levar a criança a duvidar de suas possibilidades de fazer conquistas pessoais.

Também não se deve subestimar a capacidade e habilidades do filho surdo, respeitando as fase de seu crescimento e não tratá-lo sempre como criança, o que pode comprometer o desenvolvimento da sua própria autonomia. A família deve vê-lo por aquilo que ele é, uma criança normal, porém com limitações, e não pela sua deficiência, buscando sempre trabalhar em prol da descoberta de suas habilidades e para que ele utilize seu potencial.

Os surdos que recebem uma base sólida da família, fato este que leva o Surdo a acreditar no seu próprio potencial, que é completado na escola especial e regular quando leva dentro de si a imagem positiva dos estímulos adequados recebidos ao longo do tempo, tem elementos que podem modificar conceitos negativos existentes na sociedade, pela falta de reconhecimento, da sociedade em geral, do aspecto psicológico com relação aos mesmos (ESSER apud PEREIRA, 2008, p. 38).

O acompanhamento da família por um psicólogo é muito importante, pois esse profissional deve auxiliar para que ocorra a aceitação da família pela condição de surdez do filho, respeitando a limitação auditiva da criança, e até eliminando o sentimento de culpa na maioria das vezes adquirida pelos pais. Pereira (2008 p. 37) diz que: “Nesse trabalho deve ficar claro que a criança surda é igual as demais, devendo ser tratada da mesma forma”. Com o suporte familiar correto, essa criança surda poderá submeter-se a terapias psicológicas para poder enfrentar um convívio social, sem medo de ser discriminado.

Mas desafios irão surgir já que o mundo social é composto por diferenças sociais. A partir desse ponto já é possível deixar de enxergar a surdez como uma doença e encará-la como uma diferença. Para Bartalotti (2006, p. 43): “A partir daí, a deficiência começa a deixar de ser vista como uma doença (ligada ao corpo do sujeito) e passa a ser vista como uma condição (fruto, também, das interações desse sujeito com o meio no qual ele vive)”.

Uma vez que diagnosticada a surdez e aceita pela família, a criança juntamente com os pais deve procurar um atendimento especializado para o tipo de surdez, com a finalidade de que, precocemente, essa criança venha começar a desenvolver suas habilidades, já que, na falta de um órgão do sentido (audição) em perfeito funcionamento, os outros órgãos tendem a suprir essa necessidade estimulando a visão que é muito bem desenvolvida em crianças surdas.

Pereira apresenta um poema que explica o mundo no qual vive o surdo: “[...] O mundo do surdo é especial e diferente. É um mundo cercado de luzes, cores, movimentos, expressões de tristezas e alegrias, e tudo que pode captar com os olhos (CASA DE CULTURA DO SILÊNCIO apud PEREIRA, 2008, p. 01). É importante lembrar que é na família o lugar ideal para se iniciar o atendimento de base para os surdos. É na família que a criança com surdez recebe sua primeira aprendizagem, iniciando o seu desenvolvimento. Esse desenvolvimento é ampliado a partir do momento em que essa criança vai para a escola. É importante que nessa escola haja uma receptividade para essa criança.

2. A Escola no processo de inclusão do aluno com surdez

As questões inerentes a pessoa com surdez vêm sendo discutidas ao longo da história. Lacerda (2006) tem uma opinião muito específica sobre a exclusão escolar do aluno com surdez ao afirmar que antigamente o surdo era visto como incapaz para desenvolver determinadas atividades. O surdo não tinha direitos legais, como receber herança dos pais, não podia participar de sacramentos religiosos, uma vez que em meados século XVII a igreja detinha supremo poder sobre a sociedade. Nessa época os professores já percebiam que o aluno surdo tinha capacidade de aprender por meio dos sinais gestuais. Com isso a LIBRAS começou a ser reconhecida pela sua importância no processo de aprendizagem dos alunos surdos, iniciando o surgimento de escolas públicas para os surdos, sendo o Instituto de Paris a primeira escola pública destinadas aos alunos surdos.

Percebe-se que do século XVII aos dias atuais a educação especial para alunos com surdez vem sendo renovada com a inclusão dos alunos surdos em escolas comuns, deixando o institucionalismo no passado. A superação de modelos arraigados de preconceitos e segregação foi lenta, tendo um impulso maior no final do século XX, com as alterações realizadas em Salamanca, Espanha, que propiciou a aprovação da Declaração de Salamanca (1994).

O movimento da chamada educação inclusiva que emerge apoiado pela Declaração de Salamanca (1994), defende o compromisso que a escola deve assumir de educar cada estudante, contemplando a pedagogia da diversidade, pois todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independente de sua origem social, étnica ou lingüística (LACERDA, 2006, p. 167).

Infelizmente, para incluir as crianças surdas na rede regular de ensino há entraves, não só quanto aos limites e possibilidades, mas também aos preconceitos existentes em atitudes da sociedade para com essas crianças, e também, em relação as políticas curriculares e a organização das propostas educacionais da escola. A persistência na inclusão estará garantindo um direito de todos, conforme a Constituição Federal, que reza no Art. 205 que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a Educação Infantil, se mantendo até os mais altos níveis do processo de escolarização formal, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania. Damázio (2007, p.13) afirma que: “[...] muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulo adequado ao seu potencial cognitivo, sócio afetivo, lingüístico e político cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem”. Assim:

A escola tem um papel muito importante na vida da criança e do jovem. Ao entrar na escola, eles têm a oportunidade de conviver e de se relacionar com diferentes pessoas, aprendendo a perceber que todas tem características próprias, que nenhuma é igual a outra. Dessa forma, ela vai passar por muitas experiências novas e, assim, vai agir, reagir, mudar sua forma de pensar, criar um jeito próprio de se relacionar com o mundo (PAULA, 2007, p. 08).

Procurar o serviço de Atendimento Educacional Especializado oferecido no ensino regular é a melhor opção para que a inclusão do aluno com surdez seja efetivada. Os pais devem procurar o atendimento educacional especializado para diagnosticar a perda auditiva de seus filhos, para identificar o grau de surdez e iniciar o processo de reabilitação, enfatizando que quanto antes for diagnosticado o grau de surdez, maiores são as chances de êxito escolar. Pereira acredita que “[...] deve-se levar em conta as diferenças individuais, e que a escola deve estar atenta para o grau de perda; a idade que a criança começou a ser atendida; clima familiar; a época e a causa da surdez” (2008, p. 46). Já Damázio (2007, p. 19) discute as possibilidades dos alunos com surdez ao afirmar que: “As tendências de educação escolar para pessoas com surdez centra-se, ora na inserção desses alunos na escola comum e/ou em suas classes especiais, ora na escola especial de surdos”.

Para uma melhor adaptação dessa criança, já em período escolar é necessário uma conscientização entre alunos e pais, orientando que esse aluno com surdez não irá atrapalhar a aprendizagem dos outros alunos, mas sim, ajudá-los a conviver como um ser humano que respeita as diferenças. É importante que a escola tenha professores e funcionários habilitados para trabalhar com a criança com surdez para que seu desenvolvimento seja qualitativo

Afirma-se que a escola e os professores não estão preparados para receber os ‘estranhos’, os ‘anormais’, nas aulas. Não é verdade. Parece-me que não existe nenhum consenso sobre o que signifique ‘estar preparado’ e, muito menos, acerca de como se deveria se pensar a formação quanto às políticas de inclusão propostas em todo mundo (SKLIAR apud RODRIGUES, 2006, p. 31).

Então, percebe-se que há profissionais capacitados, dentro das salas de aulas que podem naturalmente se deparar com a “diferença” e modificar seus conceitos para que haja uma inclusão da pessoa com surdez sem transtornos e preconceitos.

A educação inclusiva da rede pública baseia-se no ato de inserir o surdo na escola regular, em que o mesmo terá direito a uma educação semelhante aos demais colegas ouvintes, oferecendo-lhe igualdade de oportunidades. Porém, a escola pública não está totalmente organizada e preparada para receber os alunos surdos e/ou alunos com qualquer tipo de deficiência.

Nessa perspectiva, uma possibilidade para melhor inserção do aluno surdo nas classes regulares é ele ser acompanhado de um intérprete de língua de sinais. Dessa forma, o aluno recebe a informação escolar na língua de sinais, que é sua língua de domínio, de uma pessoa com competência nessa língua. Ao mesmo tempo, o professor ouvinte ministra suas aulas sem se preocupar em como passar esta ou aquela informação em sinais, atuando em uma língua que domina.

Dentro da sala de aula, o professor deve sempre aplicar os conteúdos de forma igualitária, para não subestimar as habilidades do aluno surdo. Seu plano de aula deve estar adequado à pessoa com surdez. Ramos (2008, p. 17) sugere propostas pedagógicas para serem trabalhadas com alunos surdos em sala de aula comum, como “[...] ver um filme sem o som e depois descrever o que entendeu, ou comunicar-se por meio de gestos e mímicas”.

O professor deve estar atualizado sobre os inúmeros recursos didáticos para melhor compreensão do aluno surdo. As atividades devem ser realizadas para todos, ou seja, alunos

ouvintes juntamente com os alunos surdos. É sempre uma ótima opção para o ensino aprendizagem do aluno surdo, pois, assim, a criança surda não se sentirá excluída do rol de alunos da sala comum na rede regular de ensino.

Lembrando que o atendimento educacional especializado deve estar ligado ao grau de perda auditiva, pois em casos de surdez severa e/ou profunda é necessário um atendimento especial no caso de não haver professores capacitados em LIBRAS dentro das salas comuns.

No ambiente familiar, a pessoa surda convive geralmente com uma experiência linguística diferente da sua, visto que seus familiares possuem a modalidade oral – auditiva na comunicação. Crianças surdas, filhos de pais surdos, têm a possibilidade de se desenvolverem num ambiente adequado, no qual o uso de uma língua de sinais, supostamente, seja efetivo. Este fato marca a diferença entre as duas realidades, sendo que, filhos surdos de pais ouvintes podem entrar em contato tardiamente com uma linguagem apropriada para seu desenvolvimento.

Conclusão

Para tratar do tema surdez é necessário compreender a relevância do processo da inclusão escolar nas escolas públicas, considerando as especificidades de cada deficiência. Este estudo está embasado no direito de todos a uma escola para todos sem exclusão, discriminação e preconceito. Faz-se necessário enfatizar que a deficiência é vedada a diferenciação, a princípio, pois, se trata de um atributo subjetivo do ser humano. Não esquecendo a regra geral, segundo a qual TODOS, devem ser tratados igualmente.

Uma escola inclusiva se caracteriza por aceitar, respeitar e valorizar alunos com diferentes características: meninas e meninos, altos e baixos, gordos e magros, pobres e ricos, negros, brancos, índios, cegos, surdos, em cadeiras de rodas, usando lupa, usando calçado ortopédico, usando aparelho no ouvido, com doença crônica, católicos, protestantes, evangélicos e outros. É uma escola construída sob o princípio da educação como direito de todos os cidadãos. É um objetivo a ser alcançado pela luta por uma escola pública gratuita e de qualidade (PAULA, 2007, p.10).

A inclusão social e escolar é um desafio que deve ser enfrentado, pois, quando devidamente trabalhado pela escola comum, gera melhoria na qualidade da Educação Básica e Educação Superior. Para que a pessoa com e sem deficiência possa exercer o direito a educação, deve ser realizado um trabalho coletivo, com propostas que visem trabalhar as habilidades e capacidades das pessoas e não ficar restrito às suas deficiências. Lembrando que é indispensável que essa escola aprimore suas práticas a fim de atender as diferenças.

Trabalhar com a educação escolar das pessoas com surdez reporta não só às questões referentes aos seus limites e possibilidades, como também aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade para com essas pessoas. É por isso que se devem levar em consideração todos os requisitos necessários para desenvolver a prática da inclusão social.

A inclusão do aluno com surdez na escola requer meios para beneficiar sua participação e aprendizagem em sala de aula. É preciso uma capacitação dos professores para que eles conheçam a linguagem de sinais. Entretanto, a simples adoção dessa língua não é suficiente, mais do que a língua esses alunos como os outros ditos “normais”, precisam de ambientes educacionais estimuladores que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos.

Referências

BARTALOTTI, Celina Camargo. *Inclusão das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidades?* São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL. *Constituição Federal*. 1988. Disponível em: <<http://www.rebidia.org.br/noticias/direito/rede8115.html>>. Acesso em: 14 set. 2009.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo (Org.). *Atendimento educacional especializado: pessoa com Surdez*. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e interpretes sobre esta experiência. *Cadernos CEDES*, Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2005.

PAULA, Ana Rita de. *A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2007.

PEREIRA, Rachel de Carvalho. *Surdez: aquisição da linguagem e inclusão social*. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

RAMOS, Rossana. *Passos para inclusão*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, David (Org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.